

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**



Análise dos dados quantitativos das condições educacionais de crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural

VOLUME 3 **mapeamento das populações do campo**

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**

**Análise dos dados quantitativos
das condições educacionais de
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural**

**VOLUME 3
mapeamento das populações do campo**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Coordenação da Pesquisa

Coordenação Geral:

Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Coordenação Adjunta:

Ana Paula Soares da Silva (USP/Ribeirão Preto)

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenações Regionais

Coordenador Região Norte:

Maria Natalina Mendes Freitas (UFPA)

Coordenador Adjunto Região Norte:

Leandro Passarinho Reis Júnior (UFPA)

Coordenador Região Nordeste:

Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFCG)

Coordenador Adjunto Região Nordeste:

Fabiana Ramos (UFCG)

Coordenador Região Centro-Oeste:

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenador Adjunto Região Centro-Oeste:

Tânia Mara Dornellas dos Santos (CONTAG)

Coordenador Região Sudeste:

Isabel de Oliveira e Silva (UFMG)

Coordenador Adjunto Região Sudeste:

Iza Rodrigues da Luz (UFMG)

Coordenador Região Sul:

Simone Santos de Albuquerque (UFRGS)

Coordenador Adjunto Região Sul:

Cinthia Votto Fernandes (UFRGS)

Consultoria

Elsa Cristina de Mundstock (Estatística/UFRGS)

Fúlvia Rosemberg (Educação Infantil - Metodologia/PUCSP - FCC)

Ivaldo Gehlen (Sociologia Rural - Metodologia/UFRGS)

MAPEAMENTO DAS POPULAÇÕES DO CAMPO

Letícia Maria Schabbach¹

O presente trabalho busca identificar a distribuição no território nacional e características das populações do campo, as quais aparecem discriminadas no Decreto 7.352 de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Pretende-se que o trabalho possa fornecer subsídios à realização de futuras pesquisas e à formulação de políticas públicas voltadas às populações do campo, as quais, no decreto acima citado, estão assim discriminadas:

- 1 - os agricultores familiares,
- 2 - os extrativistas,
- 3 - os pescadores artesanais,
- 4 - os ribeirinhos,
- 5 - os assentados e acampados da reforma agrária,
- 6 - os trabalhadores assalariados rurais,
- 7 - os quilombolas,
- 8 - os caiçaras,
- 9 - os povos da floresta,
- 10 - os caboclos e
- 11 - outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Os dados secundários que compõem este estudo foram obtidos de diferentes fontes: Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (Censo Demográfico de 2010, Censo Agropecuário de 2006, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD 2009); Ministério do Trabalho e Emprego (Relatório de Informações Sociais - RAIS); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (Estatísticas do Meio Rural 2010-2011); Ministério da Pesca e Aquicultura (Anuário da Pesca 2008-2009); Ministério do Desenvolvimento Agrário (informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA); Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional (Acampamentos 2010); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira -INEP (EducaEscola, Data Escola Brasil).

¹ Doutora em sociologia, professora do Departamento de Sociologia e Coordenadora do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O mapeamento aqui apresentado refere-se à presença das populações do campo nas cinco regiões demográficas brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), identificada através de informações como: quantidade de pessoas, de estabelecimentos, volume de produção, etc. Inicialmente também pretendíamos coletar dados sobre a quantidade de crianças de 0 a 6 anos em cada população do campo e a oferta de educação infantil (matrículas, frequência, escolas que oferecem); todavia, constatamos que tais informações praticamente não existem, lacuna esta que se deve, dentre outros motivos, à natureza dos atributos que caracterizam as populações do campo (por exemplo, ocupação e trabalho²) ou mesmo à coleta de dados de poucas situações³.

Outra dificuldade quanto à obtenção de informações para cada população do campo relaciona-se com a sua característica não excludente, isto é, os grupos são inter-relacionados. Um ribeirinho, por exemplo, pode ser também classificado como extrativista, pescador artesanal, agricultor familiar ou trabalhador rural. Isto se deve ao fato de que os critérios de classificação/composição dos grupos não são uniformes e exaustivos, podendo envolver, dentre outros aspectos: a) forma de produção agrícola (por exemplo, agricultura familiar), atividade ocupacional (trabalhadores assalariados rurais, pescadores artesanais), atividade econômica e localização geográfica (ribeirinhos, caiçaras, povos da floresta), identidade étnico-cultural (quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, povos da floresta, caboclos).

Por vezes, as informações sobre populações do campo aqui analisadas não se restringiram aos residentes na área rural, pois que nem todas as fontes diferenciam os dados conforme a área, rural ou urbana.

Na sequência são apresentadas tabelas descritivas, onde constam os indicadores da presença/ausência de cada população do campo por região brasileira e para o País, com exceção do item 11 do decreto supracitado: “outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”. Antes das seções relativas a cada população do campo, aparece uma tabela contendo informações demográficas gerais para o Brasil e Regiões Demográficas.

² Os dados sobre ocupação e trabalho referem-se às pessoas de 10 ou mais anos de idade ou de 18 anos, isto é, abrangem a população em idade ativa (PIA), sem contemplar informações sobre os outros membros dos domicílios.

³ As informações sobre oferta de educação infantil (Censo Escolar do INEP) não cobrem a maioria dos grupos, abrangendo apenas os assentamentos agrícolas, as terras indígenas e os territórios quilombolas.

Ao final do estudo, sintetiza-se a distribuição de cada população do campo nas regiões demográficas e no território nacional.

Por fim, ressalta-se que, quando as informações existentes não correspondiam exatamente às denominações das populações do campo ou não cobriam toda a sua extensão, utilizaram-se indicadores aproximados (proxies) das mesmas. Ademais, com relação às populações do campo muito abrangentes ou pouco conhecidas, inseriu-se, no início de cada seção, uma definição operacional.

1 | INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS GERAIS

A tabela 1 fornece um panorama das informações gerais do ano de 2010 sobre população (total e por faixas de idade relacionadas com a educação infantil), população rural (total e por faixas etárias relacionadas com a educação infantil), pessoas de 10 ou mais anos de idade (quantidade, economicamente ativas e ocupadas), estimativa das famílias residentes na área rural, total de empregados formais. Os dados são do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) e RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego).

Embora essas informações tenham sido utilizadas na elaboração dos índices apresentados mais adiante, podem-se estabelecer algumas considerações sobre a participação da população rural nas regiões demográficas. No Brasil temos os seguintes registros sobre a população rural: total (16%), de 0 a 3 anos de idade (18%), de 4 a 5 anos de idade (19%), de 6 anos de idade (19%), de 5 ou mais anos de idade (15%). As regiões onde há prevalência destes estratos, com percentuais acima dos nacionais (entre 26% e 32%) são Norte e Nordeste. Com proporções próximas à média nacional figura a região Sul, e abaixo, as regiões Centro-Oeste e Sudeste (nesta os percentuais são menores do que a metade da média nacional, entre 7% e 8%).

Tabela 1. Informações demográficas gerais

Variáveis e níveis territoriais		Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
População 2010	Total	190.755.799	53.081.950	15.864.454	14.058.094	80.364.410	27.386.891
	0 a 3 anos	10.925.892	3.352.820	1.232.733	841.050	4.106.927	1.392.362
	4 e 5 anos	5.803.323	1.774.802	650.664	445.663	2.184.335	747.859
	6 anos	2.890.495	886.496	317.445	222.546	1.089.464	374.544
	5 ou mais anos de idade	176.959.640	48.850.040	14.310.906	12.995.431	75.180.116	25.623.147
População rural 2010	Total	29.830.007	14.260.704	4.199.945	1.575.131	5.668.232	4.125.995
	0 a 3 anos	1.957.458	977.047	380.380	99.523	302.522	197.986
	4 e 5 anos	1.087.740	541.966	204.431	55.528	171.146	114.669
	6 anos	545.383	271.850	100.446	27.957	86.916	58.214
	5 ou mais anos de idade	27.334.995	13.015.782	3.717.988	1.448.302	5.281.138	3.871.785
População de 10 ou mais anos de idade 2010	Total	161.977.610	44.218.959	12.668.971	11.868.615	69.625.611	23.695.454
	PEA - economicamente ativa	93.491.285	23.094.009	6.855.666	7.364.780	41.223.312	14.953.518
	Ocupada	86.330.200	20.838.413	6.255.689	6.876.549	38.107.274	14.252.275
Estimativa das famílias residentes na área rural 2010*		7.457.502	3.565.176	1.049.986	393.783	1.417.058	1.031.499
Total de empregados formais (RAIS 2010)		44.068.355	8.010.839	2.408.182	3.630.804	22.460.999	7.557.531

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2010** (resultados do universo e preliminares da amostra); Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Informações Sociais (RAIS)**, 2010. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Nota: como não se tinha o número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes localizados na área rural em 2010, dividiu-se o total de residentes em área rural no Brasil e Regiões por 4, estipulando-se, assim, uma estimativa aproximada do número de famílias residentes em área rural.

2 | MAPEAMENTO DAS POPULAÇÕES DO CAMPO

Apartir daqui são mostrados os dados de cada população do campo prevista no Decreto 7.352 de 2010.

2.1 - Agricultores familiares

Os agricultores familiares são definidos, de uma forma bastante ampla, pela Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

As informações específicas sobre agricultura familiar provêm do Censo Agropecuário de 2006 e se referem à: participação dos estabelecimentos e da área ocupada pela agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos e área total (tabela 2), quantidade de estabelecimentos conforme a condição do produtor em relação à terra (se proprietário, assentado, arrendatário, ocupante, produtor sem área, tabela 3).

Conforme aparece na tabela 2, 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são familiares, mas eles ocupam apenas 24% da área total dos estabelecimentos. A agricultura familiar está mais presente nas regiões Nordeste, Norte e Sul e menos no Centro-Oeste e Sudeste. Na região Centro-Oeste, 69% dos estabelecimentos e apenas 9% da área pertencem à agricultura familiar.

Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários em geral e da agricultura familiar - 2006

Estabelecimentos e área por tipo	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Estabelecimentos agropecuários (total)	5.175.489	2.454.006	475.775	317.478	922.049	1.006.181
Área (em hectares) - total	329.941.393	75.594.442	54.787.297	103.797.329	54.236.169	41.526.157
Estabelecimentos agropecuários - agricultura familiar	4.367.902	2.187.295	413.101	217.531	699.978	849.997
Área (ha) ocupada pela agricultura familiar	80.250.453	28.332.599	16.647.328	9.414.915	12.789.019	13.066.591
% dos estabelecimentos da agricultura familiar/estabelecimentos agropecuários (total)	84%	89%	87%	69%	76%	84%
% da área ocupada pela agricultura familiar/área (total)	24%	37%	30%	9%	24%	31%

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

A tabela 3, que apresenta a condição do produtor da agricultura familiar em relação à terra, quanto à quantidade de estabelecimentos, revela dados bem interessantes. No Brasil, do total de estabelecimentos da agricultura familiar, 75% são de proprietários⁴, os quais se concentram nas regiões Sudeste (85%) e Sul (83%) e são bem menos presentes no Nordeste (68%). A região Centro-Oeste destaca-se pela maior proporção de assentados em relação às demais regiões, atingindo 15%, seguida pela Região Norte (6%). Os arrendatários estão mais presentes na Região Sul (6%), Nordeste (5%) e menos no Norte (1%). A região Nordeste destaca-se ainda, pela maior presença de ocupantes (12%) e produtores sem área (8%).

Tabela 3. Agricultura Familiar - quantidade de estabelecimentos conforme a condição do produtor em relação à terra - 2006

Agricultura Familiar - número de estabelecimentos		Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Proprietário	Nº absoluto	3.263.868	1.478.365	318.694	168.418	591.707	706.684
	% sobre o total de estabelecimentos	75%	68%	77%	77%	85%	83%
Ocupante	Nº absoluto	368.668	261.893	28.681	7.858	31.119	39.117
	% sobre o total de estabelecimentos	8%	12%	7%	4%	4%	5%
Produtor sem área	Nº absoluto	242.069	172.697	30.124	3.127	18.038	18.083
	% sobre o total de estabelecimentos	6%	8%	7%	1%	3%	2%
Arrendatário	Nº absoluto	196.111	112.914	4.116	5.211	25.104	48.766
	% sobre o total de estabelecimentos	4%	5%	1%	2%	4%	6%
Assentado sem titulação definitiva	Nº absoluto	170.391	77.803	24.073	32.177	15.893	20.445
	% sobre o total de estabelecimentos	4%	4%	6%	15%	2%	2%
Parceiro	Nº absoluto	126.795	83.623	7.413	740	18.117	16.902
	% sobre o total de estabelecimentos	3%	4%	2%	0%	3%	2%
Total de estabelecimentos de agricultura familiar	Nº absoluto	4.367.902	2.187.295	413.101	217.531	699.978	849.997
	% sobre o total de estabelecimentos (agricultura familiar e não familiar)	84%	89%	87%	69%	76%	84%

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

⁴ No Brasil, os agricultores familiares proprietários de suas terras correspondem a 75% dos estabelecimentos e a 88% da área ocupada pela agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuário de 2006.

2.2 - Extrativistas

Extrativismo é o conjunto de atividades econômicas relacionadas à coleta ou extração de recursos naturais do meio ambiente, que serão usados para comercialização direta ou indireta pelo homem. As duas formas mais comuns de extrativismo são o vegetal e o mineral.

O extrativismo mineral tem por característica a alteração drástica do ambiente onde é realizado. Ele pode visar o uso direto ou indireto; no primeiro caso, o produto mineral extraído é utilizado em sua forma natural (ex.: água mineral), no segundo, o produto extraído é destinado às indústrias, onde é transformado em produtos de maior valor agregado (ex.: minérios). (INFOESCOLA)

Os dados sobre extrativismo florestal e mineral expostos nas duas tabelas seguintes foram obtidos no Relatório de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego, e se referem aos empregados formais.

2.2.1 - Extrativismo florestal

Percebe-se, na tabela 4, que os empregados no extrativismo florestal correspondem a 0,18% dos empregados formais brasileiros e estão mais presentes na região Norte e Centro-Oeste, representando, respectivamente, 0,29% e 0,25% dos empregados formais dessas regiões.

Tabela 4. Empregados formais no extrativismo florestal - 2010

Quantidade de empregados formais		Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Seringueiro (A)		2.802	585	53	952	1.210	2
Trabalhador da exploração de florestas	Açaí	64	-	36	-	4	24
	Andiroba	25	1	1	-	13	10
	Árvores e arbustos produtores de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas	464	10	145	14	167	128
	Babaçu	228	64	45	11	89	19
	Bacaba	10	1	1	2	6	-
	Buriti	12	1	-	-	8	3
	Carnaúba	44	27	-	1	14	2
	Castanha	3.021	2.897	55	54	9	6
	Cipós produtores de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas	27		18	-	8	1
	Coco da praia	158	109	7	1	34	7
	Copaíba	2	-	-	-	2	-
	Espécies produtoras de	91	2	10	9	41	29
	Madeiras Tanantes	914	76	340	140	106	252
	Malva (Paina)	28	-	20	-	2	6
	Murumuru	4	-	1	-	3	-
	Ouricuri	7	-	-	-	7	-
	Pequi	34	34	-	-	-	-
	Piaçava	27	18	-	-	8	1
	Pinhão	1	-	-	-	1	-
	Pupunha	227	194	6	4	10	13
	Raízes produtoras de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas	50	3	13	16	18	-
	Resinas	3.679	150	5	24	2.457	1.043
	Tucum	1	-	1	-	-	-
	Subtotal de trabalhadores da exploração de florestas (B)	9.118	3.587	704	276	3.007	1.544
Trabalhador da extração de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas, em geral (C)		99	24	5	-	69	1
Trabalhador de extração florestal, em geral (D)		59.382	11.529	5.495	4.001	24.514	13.843
Supervisor da área florestal (E)		7.599	1.831	621	3.939	949	259
Total de empregados no extrativismo florestal - soma de A,B,C,D,E		79.000	17.556	6.878	79.000	29.749	15.649
% de empregados no extrativismo florestal/total de empregados formais 2010		0,18 %	0,22%	0,29%	0,25%	0,13%	0,21%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Informações Sociais (RAIS)**, 2010. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Nota:

- Refere-se aos trabalhadores formais declarados pelos empregadores em 31 de dezembro de 2010.

2.2.2 - Extrativismo mineral

Por sua vez, os empregados no extrativismo mineral (com exceção da extração de petróleo) representam 0,1% no total de empregados formais e estão mais concentrados na Região Norte (0,23%), conforme podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 5. **Empregados formais no extrativismo mineral** (exceto extração de petróleo) - 2010

Quantidade de empregados formais		Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Minas	Mineiro	9.975	1.010	964	930	5.231	1.840
	Moleiro de Minérios	2.401	413	169	145	829	845
	Operador de Máquina de Extração Contínua (Minas de Carvão)	473	26	38	58	253	98
	Operador de Aparelho de Flotação	1.802	105	71	204	1.281	141
	Operador de Aparelho de Precipitação (Minas de Ouro ou Prata)	342	3	22	10	292	15
	Operador de Caminhão (Minas e Pedreiras)	12.914	746	3.212	469	8.198	289
	Operador de Jig (Minas)	481	14	193	24	194	56
	Operador de Máquina Cortadora (Minas e Pedreiras)	2.660	424	113	286	1.548	289
	Operador de Máquina Perfuradora (Minas e Pedreiras)	3.912	559	151	159	2.316	727
	Operador de Motoniveladora (Extração de Minerais Sólidos)	886	149	135	117	244	241
	Operador de Trator (Minas e Pedreiras)	1.270	366	134	120	461	189
	Supervisor de Apoio Operacional na Mineração	1.573	305	116	48	928	176
	Supervisor de Perfuração e Desmonte	581	107	25	51	329	69
	Supervisor de Produção na Mineração	3.943	530	239	267	2.354	553
	Supervisor de Transporte na Mineração	97	7	2	8	70	10
Extração de sal marinho	Operador de salina	1.811	1.715	1	4	90	1
	Supervisor de salina	60	10	0	2	41	7
Garimpeiro		297	73	11	86	104	23
Total de empregados formais no extrativismo mineral		45.478	6.562	5.596	2.988	24.763	5.569
% Extrativistas minerais/total de empregados formais 2010		0,10%	0,08%	0,23%	0,08%	0,11%	0,07%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Informações Sociais (RAIS)**, 2010. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Nota:

- Refere-se aos trabalhadores formais declarados pelos empregadores em 31 de dezembro de 2010.

2.3 - Pescadores Artesanais

As informações a seguir referem-se à quantidade de pescadores artesanais, representados pelos pescadores profissionais da pesca extrativa e pelos empregados formais em ocupações da aquicultura e pesca. As fontes de dados foram o Ministério da Pesca e Aquicultura (Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, 2008-2009) e o Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS).

2.3.1 - Pescadores da pesca extrativa

Os pescadores profissionais da pesca extrativa registrados no Ministério da Pesca e Agricultura correspondem a 1% da população economicamente ativa no Brasil, prevalecendo nas regiões Norte (4,3%) e Nordeste (1,9%).

Tabela 6. **Pescadores profissionais da pesca extrativa - 2009**

Quantidade	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Pescadores profissionais	833.205	386.081	266.476	19.479	87.940	73.229
% de pescadores profissionais da pesca extrativa/população ocupada de 10 ou mais anos de idade 2010	1,0%	1,9%	4,3%	0,3%	0,2%	0,5%

Fonte: Brasil. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. Brasil 2008-2009**. Tabela 6 - Número de pescadores registrados no Brasil em 2009, distribuídos por unidade da federação e gênero, p. 17. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Como se vê na tabela 7, os ocupados na aquicultura e pesca correspondem a 0,02% do total de empregados formais do país, estando mais presentes, em termos relativos, na Região Sul (0,04%).

Tabela 7. Empregados formais em ocupações da aquicultura e pesca - 2010

Trabalhadores formais em ocupações vinculadas à aquicultura e pesca (empregados)	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Aquicultura (criação de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios, quelônios)	2.106	1.269	65	150	381	241
Supervisor de aquicultura	612	135	25	76	289	87
Pescador Artesanal (água doce, lagostas, peixes e camarões)	841	550	54	8	145	84
Pescador Industrial	749	94	138	5	18	494
Pescador Profissional	3.237	88	239	1	1.291	1.618
Catadores (caranguejos, siris, mariscos)	187	133	2	-	11	41
Gelador Industrial	98	14	17	25	27	15
Gelador Profissional	151	54	37	10	38	12
Proeiro	92	43	12	-	11	26
Redeiro (Pesca)	124	9	61	2	17	35
Total de empregados em ocupações vinculadas à pesca e à aquicultura	8.197	2.389	650	277	2.228	2.653
% de empregados em ocupações vinculadas à pesca e à aquicultura/total de empregados formais 2010	0,02%	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%	0,04%

Fonte: MTE. **Relatório de Informações Sociais (RAIS)**, 2010. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Notas:

- Refere-se aos trabalhadores formais declarados pelos empregadores em 31 de dezembro de 2010.

- Aquicultura é a produção de organismos aquáticos, como a criação de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios e o cultivo de plantas aquáticas para o uso do homem.

2.4 - Ribeirinhos

Os povos ribeirinhos pertencem às opulações tradicionais brasileiras e residem nas proximidades dos rios. Eles praticam a pesca artesanal como principal atividade de subsistência, cultivam pequenos roçados para consumo próprio, bem como realizam atividades extrativistas.

Segundo Neves (2005), os ribeirinhos da Amazônia são trabalhadores que residem nas proximidades dos rios e que, há muito, caracterizam-se por ter como principal atividade de subsistência a pesca.

As populações tradicionais foram reconhecidas formalmente pelo Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), através do qual o governo federal ampliou o reconhecimento aos indígenas e quilombolas previsto na Constituição de 1988.

A partir desse decreto, todas as políticas públicas decorrentes da PNPCT beneficiarão oficialmente o conjunto das populações tradicionais, que incluem, além de indígenas e quilombolas, faxinenses (que plantam mate e criam porcos), comunidade de "fundo de pasto", geraizeiros (habitantes do Sertão), pantaneiros, caiçaras (pescadores do mar), ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu e ciganos, dentre outras. (WIKIPEDIA. Povos ribeirinhos)

Segundo o "The Joshua Project", os povos ribeirinhos no Brasil somam cerca de 6.669.000 pessoas e se concentram na Região Amazônica⁵, localização apontada por diversos estudos sobre este grupo social.

Não foram encontradas informações estatísticas acerca da distribuição dos povos ribeirinhos pelas grandes regiões brasileiras.

⁵ A Bacia Amazônica cobre estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Nordeste (parte do estado de Maranhão) e Centro-Oeste (Mato Grosso).

2.5 - Assentados e acampados da Reforma Agrária

No Brasil, a distribuição desigual de terras iniciou com a criação das capitânias hereditárias e do sistema de sesmarias, e persiste até os dias atuais.

Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964 e reafirmado pela Constituição Federal de 1988, o Estado tem obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. A desapropriação de latifúndios improdutivos e a redistribuição de terras ociosas representam ações estatais que buscam enfrentar as distorções na estrutura fundiária. Os movimentos de pequenos produtores rurais e de agricultores sem terras são os principais atores políticos que reivindicam a Reforma Agrária.

Os indicadores a seguir referem-se aos assentados e aos acampados da Reforma Agrária. No primeiro caso, as informações contemplam os projetos de assentamento efetuados pelo INCRA (quantidade, total de famílias, área), o percentual de escolas que oferecem educação infantil em áreas de assentamento e a proporção de assentados que frequentam escola; e, no segundo, o total de acampamentos e de famílias acampadas. Para acessá-las, foram consultadas as seguintes fontes: INCRA (Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação, 1990 até 2011), INEP (Data Escola Brasil, 2011), DIEESE (Estatísticas do Meio Rural), CPT Nacional (Caderno Conflitos, Acampamentos 2001-2011).

2.5.1 - Assentados da Reforma Agrária

Assentados são os beneficiários que recebem títulos de concessão de uso dos imóveis rurais em caráter provisório, o que lhes assegura o acesso à terra e aos créditos disponibilizados pelos programas federais. Já o título de domínio, garantido pela Lei 8.629/93, é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário em caráter definitivo, se a unidade familiar tiver cumprido as cláusulas do contrato de concessão de uso e já possuir condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

De 1900 a agosto de 2011 foram efetivados 8.790 projetos de assentamentos pelo INCRA, 46% deles na Região Nordeste e 23% na Norte, como se verifica na tabela 8. Entretanto, os assentamentos da Região Norte representaram 76% da área total de assentamentos, contra 12% no Nordeste. Em termos de área média, cada assentamento da Região Norte correspondeu a 32.628 hectares, superando a média nacional, de 9.769 hectares. A Região Norte também registrou o maior número de famílias assentadas (399.775), representando 38% da estimativa das famílias residentes em área rural; percentual superior à média nacional de 12%.

Outra região que se destacou na quantidade de famílias assentadas foi a Centro-Oeste, em um total de 134.136 famílias, ou 34% de sua estimativa de famílias residentes em área rural.

Tabela 8. Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, por quantidade, área e famílias assentadas - 1900 até 18/08/2011

Assentamentos - quantidade de projetos, área e famílias	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Projetos de Reforma Agrária (Assentamentos)	8.790	4.028	2.009	1.146	798	809
% dos assentamentos sobre o total do país	100%	46%	23%	13%	9%	9%
Área total dos projetos de assentamento, em hectares	85.869.508	10.289.980	65.549.072	7.719.799	1.499.713	810.943
% de área sobre a área total dos assentamentos	100%	12,0%	76,3%	9,0%	1,7%	0,9%
Área média por assentamento, em hectares	9.769	2.555	32.628	6.736	1.879	1.002
Famílias assentadas	921.225	307.054	399.775	134.136	44.251	36.009
% Famílias assentadas/estimativa das famílias residentes na área rural 2010	12%	9%	38%	34%	3%	3%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento (DT). Coordenação Geral de Implantação (DTI-SIPRA). **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação.** Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Segundo os dados do INEP de 2011, expostos na tabela 9, 2.961 escolas que ofereciam educação infantil (no ensino regular ou especial) localizavam-se em área de assentamento, a maior parte delas na Região Nordeste (62%) ou Norte (28%). Considerando-se a distribuição dos assentamentos pelo país, 34% deles possuíam escola com educação infantil. Nesta taxa de escolas/assentamentos, as Regiões Nordeste e Norte aproximaram-se: no Nordeste, de cada 100 assentamentos 46 possuíam escola com educação infantil, e no Norte, 42.

Tabela 9. Escolas que oferecem Educação Infantil (ensino regular ou especial), em atividade e localizadas em área de assentamento - 2011

Escolas com Educação Infantil	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Nº de escolas com EI (ensino regular e especial), localizadas em área de assentamento	2.961	1.840 (62%)	840 (28%)	155 (5%)	63 (2,1%)	63 (2,1%)
Projetos de assentamento de Reforma Agrária realizados pelo INCRA	8.790	4.028	2.009	1.146	798	809
Taxa de escolas localizadas em assentamentos (nº de escolas/nº de assentamentos, x 100)	34	46	42	14	8	8

Fonte: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Informações estatísticas. **Data Escola Brasil**. Consulta em: 10 de janeiro de 2012. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

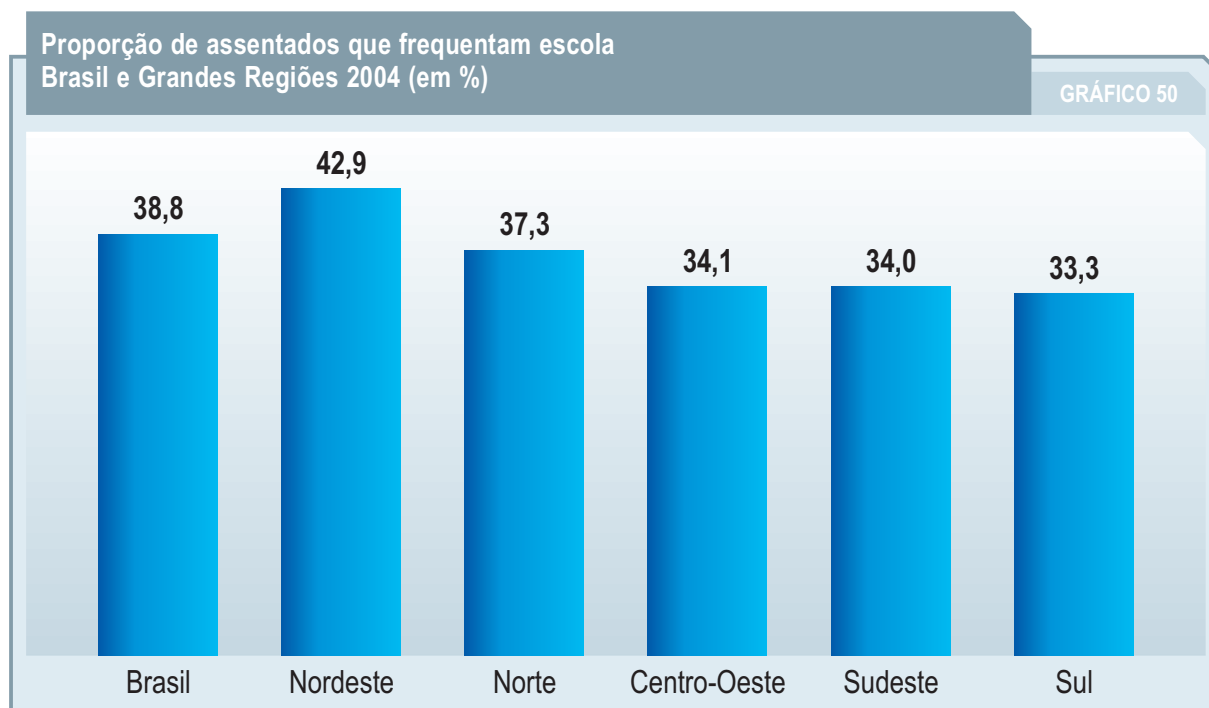
Na figura 1 abaixo nota-se que, em 2004, a maior parte das escolas para assentados (79,3%) localizava-se na área interna dos assentamentos, especialmente no Norte (89,7%) e Centro-Oeste (83,9%). A Região Sul possuía um número expressivo de escolas localizadas fora do assentamento, atingindo 41,3% do total de escolas para assentados.

Em 2004 no Brasil, 38,8% dos assentados frequentavam escolas, principalmente na Região Nordeste (42,9%).

Figura 1 e 2. **Informações complementares sobre educação em assentamentos agrícolas - localização dos estabelecimentos escolares e frequência à escola - 2004**

Distribuição das escolas que atendem assentados, segundo a localização em relação ao assentamento - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)							TABELA 59
Localização da escola	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Dentro do assentamento na agrovita/centro comunitário	54,3	66,3	45,4	40,4	41,8	37,1	
Dentro do assentamento, mas fora da agrovita/centro comunitário	25,0	10,6	44,3	43,5	23,9	21,5	
Fora do assentamento/no entorno	20,7	23,1	10,3	16,0	34,2	41,3	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: DIEESE. ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011. Tabela 59, p. 171.



Fonte: DIEESE. ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011. Gráfico 50, p. 160.

2.5.2 - Acampados da Reforma Agrária

Para Silveira e Schneider (1991, p. 151), acampamento de Reforma Agrária é:

[...] por excelência, o lugar de organização e aglutinação de um grupo "sem terra". Ocorre em áreas menos litigiosas, "negociáveis" (beira de estradas, fazendas cedidas pelo INCRA, áreas vizinhas a assentamentos, etc). A ocupação corresponde ao movimento de enfrentamento: com o proprietário da terra, não raro ligado à UDR, e com os poderes constituídos. Ocupada a terra, o proprietário reivindica seu direito à propriedade através do instrumento jurídico de reintegração de posse. Esta, se concedida pelo juiz, pode implicar mobilização da força pública para o despejo dos ocupantes. Por esse motivo, a ocupação é também forma eficaz de pressão. Em função da possibilidade de resistência dos ocupantes e violência da força policial, normalmente se desencadeiam negociações.

Os acampados são grupos de pessoas sem terra que se reúnem para exigir seus direitos montando barracos em determinada área. Quando conseguem se estabelecer e começar as negociações com o governo para fazer daquela área um local destinado à Reforma Agrária, o acampamento torna-se um pré-assentamento. (BRASIL.MDS)

Na tabela 10 percebe-se que de 2001 a 2010 ocorreram 881 acampamentos no país, mais frequentemente na Região Nordeste (38%), onde também se concentrou o maior percentual de famílias acampadas, 37%. Entretanto, se consideramos a distribuição relativa das famílias acampadas sobre a estimativa das famílias residentes na área rural, a Região Centro-Oeste foi a única que ultrapassou o percentual nacional, atingindo 7,5% de famílias acampadas contra 2% no Brasil.

Tabela 10. **Acampamentos e famílias acampadas - 2001 a 2010**

Total de acampamentos e de famílias acampadas	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Acampamentos	881	336	149	153	108	135
% dos acampamentos	100%	38%	17%	17%	12%	15%
Famílias acampadas	146.295	54.753	23.324	29.392	21.359	17.467
% de famílias acampadas	100%	37%	16%	20%	15%	12%
% famílias acampadas/estimativa das famílias residentes na área rural 2010	2,0%	1,5%	2,2%	7,5%	1,5%	1,7%

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT). Caderno Conflitos. **Acampamentos (2001 a 2010)**. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

2.6 - Trabalhadores assalariados rurais

Para identificar os trabalhadores assalariados rurais, cuja expressão literal inexistia nos bancos nacionais de dados estatísticos, percorreram-se dois recortes:

a) o grupo ocupacional do trabalho principal (independente se empregador, produtor ou trabalhador)

b) a posição no trabalho principal para ocupados em atividades agrícolas (se empregador, produtor para o próprio consumo, contra própria, empregado), a proporção de empregados agrícolas com e sem carteira assinada, a sindicalização de trabalhadores rurais.

Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009.

2.6.1 - Grupo ocupacional do trabalho principal

De acordo com a tabela 11, no Brasil 17% das pessoas de 5 ou mais anos de idade estavam ocupadas em atividades agrícolas em 2009, principalmente no Nordeste (30%) e no Norte (20%). O Sudeste é, dentre as regiões brasileiras, a que apresentou a menor incidência de pessoas de cinco ou mais anos de idade ocupadas em atividades agrícolas, 9%.

Tabela 11. **Pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas por tipo de atividade (agrícola e não agrícola) - 2009**

Pessoas de 5 ou mais anos de idade ocupadas por tipo de atividade (mil pessoas)	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Agrícola	15.806	7.242	1.407	1.068	3.486	2.602
Não agrícola	77.006	17.181	5.502	5.979	36.130	12.215
Total de pessoas de 5 ou + anos ocupadas	92.812	24.423	6.909	7.047	39.616	14.816
% de pessoas de 5 ou mais anos ocupadas em atividades agrícolas / população de 5 ou mais anos de idade ocupadas	17%	30%	20%	15%	9%	18%

Fonte: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. 2009. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

2.6.2 - Posição no trabalho principal para ocupados em atividades agrícolas

Como se percebe na tabela 12, do total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas em atividades agrícolas no Brasil, 30% eram empregados em 2009, categoria que mais se aproxima a de “trabalhador rural”. Em termos relativos, eles são mais incidentes nas regiões Sudeste (46%) e Centro-Oeste (41%).

Tabela 12. Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas em atividades agrícolas (segundo o trabalho principal na semana de referência), por posição na ocupação - 2009

Posição na ocupação dos envolvidos com atividades agrícolas (mil pessoas)	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Empregadores	437	125	43	50	126	93
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.781	1.901	286	264	763	566
Conta própria	4.021	1.974	424	245	615	762
Empregados*	4.783	1.886	339	434	1.606	519
Não remunerados	2.693	1.313	298	72	359	651
Total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas em atividades agrícolas (mil pessoas)	15.715	7.200	1.390	1.064	3.469	2.591
% dos empregados em atividades agrícolas 2009 /total de pessoas de 10 ou mais anos ocupadas em atividades agrícolas 2010	30%	26%	24%	41%	46%	20%

Fonte: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2009** e **Censo Demográfico 2010**. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Nota:

* Relação de emprego ou vínculo empregatício é um fato jurídico que se configura quando alguém (empregado ou empregada) presta serviço a outra pessoa, física ou jurídica (empregador ou empregadora), de forma subordinada, pessoal, não eventual e onerosa.

Dos empregados agrícolas brasileiros, 65% não possuía carteira assinada em 2009, como se observa na tabela 13. Os empregados agrícolas sem carteira assinada eram mais frequentes nas regiões Norte (82%) e Nordeste (79%).

Tabela 13. Empregados de 10 ou mais anos de idade, com trabalho principal em atividade agrícola, que possuem ou não carteira assinada - 2009

Empregados agrícolas de 10 ou mais anos de idade (mil pessoas)	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Com carteira assinada	1.681	394	60	230	781	216
Sem carteira assinada	3.102	1.492	279	203	825	303
Total de empregados agrícolas de 10 ou mais anos de idade (mil pessoas)	4.783	1.886	339	434	1.606	519
% de empregados agrícolas de 10 ou mais anos de idade sem carteira assinada	65%	79%	82%	47%	51%	58%

Fonte: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2009**. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

No país, 27% das pessoas de 18 ou mais anos de idade sindicalizadas em 2009 eram trabalhadores rurais, como se verifica na tabela 14. Dentre as regiões, os maiores percentuais de trabalhadores rurais sobre o total de sindicalizados foram os da Região Nordeste (51%) e Norte (35%).

Tabela 14. Pessoas de 18 ou mais anos de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato, por tipo de sindicato - 2009

Pessoas de 18 ou mais anos de idade associadas a sindicato (mil pessoas)	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Empregados Urbanos	10.239	2.017	505	711	5.072	1.934
Profissionais Liberais	464	98	21	31	224	89
Trabalhadores Autônomos	279	69	24	16	110	60
Trabalhadores Rurais (em sindicatos patronais ou de trabalhadores)	4.705	2.555	352	174	787	837
Outros	1.455	225	105	97	798	231
Total de sindicalizados	17.142	4.964	1.006	1.029	6.992	3.150
% trabalhadores rurais sobre o total de sindicalizados	27%	51%	35%	17%	11%	27%

Fonte: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. 2009. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

2.7 - Quilombolas

Conforme esclarece o Glossário das Estatísticas do Meio Rural 2010-2011 (2011, p. 286), quilombolas:

São grupos de negros que vivem predominantemente em áreas rurais (atualmente, alguns estão mais próximos das áreas urbanas). Essas comunidades têm uma história de luta pela liberdade, desde que seus antepassados foram trazidos da África como escravos, e hoje lutam por um pedaço de terra onde possam viver de acordo com suas tradições. Outra característica marcante é a ocupação do território de acordo com ligações de parentesco. Os moradores de comunidades quilombolas sempre fazem referência a um ancestral comum, que pode ser real ou imaginário (um personagem lendário, por exemplo), e que foi o primeiro a chegar naquelas terras. (ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011, Glossário, p. 286)

Os indicadores subsequentes referem-se aos processos de regularização de território em aberto e títulos expedidos pelo INCRA às comunidades quilombolas demandantes, bem como às escolas localizadas em área remanescente de quilombo que oferecem educação infantil. As informações foram obtidas junto ao MDA/INCRA e ao INEP.

De acordo com a tabela 15, de 1996 a setembro de 2011 havia 1.095 processos em aberto de regularização de território quilombola e 190 comunidades já haviam recebido a titulação de área remanescente de quilombo. Somando-se os processos em aberto e os títulos expedidos, temos 1.285 processos, com maior concentração na Região Nordeste (46%).

Ao considerarmos apenas os títulos expedidos - que beneficiaram 11.946 famílias de 190 comunidades localizadas em 109 municípios brasileiros -, verificamos que o maior percentual de comunidades encontra-se na Região Norte (64%), seguida da Nordeste (27%).

Tabela 15. Processos de regularização em aberto e títulos expedidos pelo INCRA às comunidades quilombolas - 1996 a 2011

Processos em aberto e títulos expedidos às comunidades quilombolas pelo INCRA		Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Processos de regularização de território quilombola	Nº de processos em aberto de regularização (A)	1.095	543	102	111	213	126
	% de processos em aberto	100%	50%	9%	10%	19%	12%
Títulos expedidos às comunidades quilombolas	Nº de comunidades tituladas (B)	190	52	121	5	9	3
	% de comunidades tituladas (B)	100%	27%	64%	3%	5%	2%
	Total de famílias que integram as comunidades tituladas	11.946	4.553	5.694	1.190	392	117
	Nº de municípios onde se localizam as comunidades tituladas	109	36	56	5	9	3
Soma de (A), (B)	Nºs absolutos	1.285	595	223	116	222	129
	Participação em relação ao total nacional	100%	46%	17%	9%	17%	10%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ. **Relação de processos abertos** (atualizado em 15/12/2011); **Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas** (de 1996 a setembro de 2011). Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Nota:

- Nem todas as comunidades quilombolas estão localizadas em área rural.

Na tabela 16 aparecem as escolas que oferecem educação infantil localizadas em área remanescente de quilombo, que totalizaram 1.336 estabelecimentos em atividade em 2011, destes, 74% estão localizados na Região Nordeste.

Considerando-se a incidência, por região, de escolas em relação aos processos de regularização em aberto e os títulos expedidos (comunidades tituladas), verificamos que na Região Nordeste existe quase duas escolas por cada processo em aberto ou título conferido, em contrapartida, nas regiões Centro-Oeste e Sul há apenas 0,1 e 0,2 escolas, respectivamente.

Tabela 16. Escolas que oferecem Educação Infantil (ensino regular ou especial), em atividade, e localizadas em área remanescente de quilombo - 2011

Escolas com Educação Infantil	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Nº de escolas com EI (ensino regular e especial), localizadas em área de remanescente de quilombo	1.336	991	195	17	103	30
% de escolas sobre o total	100%	74%	15%	1%	8%	2%
Taxa da presença de escolas / somatório de processos em aberto e de títulos expedidos	1,0	1,7	0,9	0,1	0,5	0,2

Fonte: : Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informações estatísticas. **Data Escola Brasil**. Consulta em 10 de janeiro de 2011. Elaboração pelos responsáveis da Ação 2 da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

Notas:

- As informações sobre escolas disponíveis para consulta correspondem aos dados finais do Censo Escolar 2011, publicados no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2011.

2.8 - Caiçaras

Caiçara é uma palavra de origem tupi que se refere aos habitantes das zonas litorâneas. Inicialmente designava apenas indivíduos que viviam da pesca de subsistência, mais tarde a expressão passou a abranger diversos aspectos de cunho cultural presentes no litoral brasileiro, mais precisamente no sul e sudeste.

As comunidades caiçaras nasceram no século XVI da miscigenação entre brancos de origem portuguesa e grupos indígenas das regiões litorâneas do estado de São Paulo (tupinambás) e do oeste fluminense. Também houve o aporte de negros libertos que se afastaram das influências das áreas urbanas. (WIKIPEDIA. Caiçara)

As comunidades caiçaras são fruto da miscigenação entre os indígenas, colonizadores portugueses e negros, ocupando a área situada entre o sul do litoral paranaense e o sul do litoral fluminense. Essas comunidades têm um modo de vida particular associado à pesca, à pequena agricultura, ao artesanato e ao extrativismo vegetal, tendo desenvolvido tecnologias patrimoniais, um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vivem, danças e músicas, bem como um vocabulário com inúmeras palavras de uso exclusivamente local. (CENTRO DE ESTUDOS CAIÇARAS)

Não foram encontradas informações específicas sobre essa população do campo nas fontes de dados nacionais.

2.9 - Povos da Floresta

Como consta nos Cadernos SBCP nº 30 (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA, 2007), a ocupação de terras e seus diferentes usos pelos povos tradicionais na Amazônia abrangem muitas categorias de populações: índios, seringueiros, castanheiros, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros, quebradeiras de coco, dentre outras.

Se considerarmos a quantidade de empregados formais no extrativismo florestal no Brasil (0,18%), como já mencionado acima (tabela 4), eles prevalecem nas Regiões Norte (0,29% do total de empregados formais) e Centro-Oeste (0,25%).

2.10 - Caboclos

Segundo Ivaldo Gehlen (*apud* TAVARES DOS SANTOS, 1994), o caboclo é de composição étnica oriunda da miscigenação do português, do negro e do índio, com presença marcante nas regiões meridionais. A sua atividade econômica tradicional é a agricultura de subsistência, considerada pelo caboclo o meio de reprodução biológica e social. O caboclo ficou historicamente afastado dos mercados, seja pela ausência de vias de comunicação, seja devido ao isolamento social e econômico, mesmo vivendo em uma região povoada e acessível.

Ele se identifica profundamente com o meio ambiente e com a terra, nutrindo uma concepção próxima da indígena, onde cada um tem o direito à terra que possui enquanto espaço para se deslocar, produzir e caçar. Em geral, a propriedade da terra não é formalizada juridicamente.

A organização associativa do caboclo é a família “ampla”, que inclui o compadrio. O sistema de produção é extensivo e a organização de trabalho orienta-se pela lógica de subsistência da família, através de pequenos roçados e da extração de produtos florestais (erva-mate, couro silvestre, madeira). (SCHREINER, 2002).

Os pesquisadores desse grupo social localizam-no em todo o território nacional.

3 SÍNTESE

Os dados secundários apresentados neste estudo foram acessados, via *internet*, em bancos estatísticos nacionais ou coletados em relatórios e documentos de ministérios que desenvolvem políticas públicas voltadas às populações do campo. Algumas variáveis aqui apresentadas são aproximações ou proxies da presença das populações do campo no território nacional, como os indicadores relativos aos extrativistas, povos da floresta, pescadores artesanais e trabalhadores rurais.

Para algumas populações – ribeirinhos, caiçaras, caboclos – inexistem dados estatísticos de abrangência nacional. Quando possível, foram utilizados resultados de pesquisas e estudos sobre esses grupos, com o intuito de localizá-los espacialmente nas regiões brasileiras.

A partir dos indicadores levantados, a incidência das populações do campo no Brasil ficou assim distribuída:

Tabela 17. Síntese da distribuição das populações do campo

População do campo	Indicador (es) utilizado (s)	Presença no Brasil	Região (ões) de maior incidência
Agricultores Familiares	% dos estabelecimentos da agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários - 2006	84%	Todo o Brasil. Nordeste (89%), Norte (87%)
	% da área ocupada pela agricultura familiar sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários - 2006	24%	Todo o Brasil. Nordeste (37%), Sul (31%) e Norte (30%)
	% dos estabelecimentos da agricultura familiar cujo produtor é proprietário da terra - 2006	75%	Sudeste (85%), Sul (83%)
	% dos estabelecimentos da agricultura familiar cujo produtor é ocupante - 2006	8%	Nordeste (12%)
	% dos estabelecimentos da agricultura familiar cujo produtor é produtor sem área - 2006	6%	Nordeste (8%)
	% dos estabelecimentos da agricultura familiar cujo produtor é arrendatário - 2006	4%	Sul (6%)
	% dos estabelecimentos da agricultura familiar cujo produtor é assentado sem titulação definitiva - 2006	4%	Centro-Oeste (15%)
Extrativistas - extrativismo florestal	% dos empregados no extrativismo florestal / total de empregados formais - 2010	0,2%	Norte (0,29%), Centro-Oeste (0,25%)
Extrativistas - extrativismo mineral	% dos empregados no extrativismo mineral (exceto extração de petróleo) / total de empregados formais - 2010	0,1%	Norte (0,23%)
Pescadores artesanais	% de pescadores profissionais da pesca extrativa / pessoas de 10 ou mais anos ocupadas	1%	Norte (4,3%), Nordeste (1,9%)
	% de empregados formais em ocupações da aquicultura e pesca / total de empregados formais 2010	0,02%	Sul (0,04%)
Ribeirinhos	Sem informações estatísticas nacionais	Total de 6.669.000 (The Joshua Project)	Norte, Centro-Oeste (Mato Grosso) e parte do estado do Maranhão, na região Nordeste, cfe. estudos.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

População do campo	Indicador (es) utilizado (s)	Presença no Brasil	Região (ões) de maior incidência
Assentados e acampados da Reforma Agrária	Quantidade de projetos de reforma agrária - assentamentos - 1900 até 18/08/2011	8.790	Nordeste (46%)
	Área dos projetos de reforma agrária - assentamentos - 1900 até 18/08/2011	9.769 hectares (área média)	Norte (76% da área total)
	% de famílias assentadas / estimativa do total de famílias rurais 2010	12%	Norte (38%), Centro-Oeste (34%)
	% escolas com educação infantil localizadas em área de assentamento / total de projetos de assentamento de reforma agrária - 2010	34%	Nordeste (46%), Norte (42%)
	Percentual de assentados que frequentam escola - 2004	38,8%	Nordeste (43%)
	Quantidade de acampamentos - 2001 a 2010	881 (total)	Nordeste (38%)
	% de famílias acampadas / estimativa de famílias rurais 2010	2%	Centro-Oeste (7,5%)
Trabalhadores assalariados rurais	% de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas em atividades agrícolas como empregados / total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas em atividades agrícolas - 2009	30%	Sudeste (46%), Centro-Oeste (41%)
Trabalhadores assalariados rurais - carteira assinada	% de empregados na atividade agrícola de 10 ou mais anos de idade sem carteira assinada - 2009	65%	Norte (82%), Nordeste (79%)
Trabalhadores assalariados rurais - sindicalização	% de trabalhadores rurais / pessoas de 18 ou mais anos de idade associadas a sindicato - 2009	27%	Nordeste (51%), Norte (35%)
Quilombolas	% de processos em aberto de regularização de território e títulos expedidos às comunidades quilombolas - 1996 a 2011	1.095 processos em aberto, 190 títulos	Nordeste (46%)
	Taxa de escolas com educação infantil e localizadas em área remanescente de quilombo/ somatório de processos em aberto e títulos expedidos	1.336 escolas (1 escola por processo ou título)	Nordeste (1,7 escolas por processo ou título)
Caiçaras	Sem informações estatísticas nacionais	XX	Sudeste (litoral paulista e fluminense) e Sul (litoral paranaense), cfe. estudos
Povos da Floresta	Sem informações estatísticas nacionais abrangentes	Região Amazônica	Norte e Centro-Oeste (Mato Grosso) e parte do estado do Maranhão, no Nordeste, cfe. estudos.
Caboclos	Sem informações estatísticas nacionais	XX	Todo o território nacional, cfe. estudos.

Fontes: todas as que constam nas referências.

Percebe-se que, de todas as populações do campo analisadas, os agricultores familiares e os caboclos estão presentes, de maneira uniforme, em todas as regiões brasileiras. As regiões que apresentam uma gama mais diversificada dessas populações, e onde várias delas prevalecem (inclusive quanto às escolas com localização diferenciada) são, em ordem de frequência: Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Nota do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto aos assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal>. Acesso em: 19 jan. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Acampamentos e pré-assentamentos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/acampamento>. Acesso em: 19 jan. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010, dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 20 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 jun. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS CAIÇARAS. Iguape/São Paulo.

INFOESCOLA. **Extrativismo mineral no Brasil**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara>. Acesso em: 30 jan. 2012.

NEVES, Jocélia G. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. **Revista P@rtes** ISSN1678-8419, acessada em 18 de abril de 2010.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: USP, 2002.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; SCHNEIDER, Ingrid. Com ocupações acampamentos fazem-se assentamentos, mas não Reforma Agrária. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 150-166, 1991. Disponível em: www.revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/480/718. Acesso em: 17 jan. 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA (SBPC). **Cadernos SBPC**, n. 30 (Povos da Floresta), 2007. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo_255.pdf. Acesso em: 19/01/2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 135-153, 1994.

THE JOSHUA PROJECT. **Ribeirinhos, Amazon River Peoples of Brazil**. Disponível em: <http://www.joshuaproject.net/people-profile.php?rog3=BR&peo3=11073>. Acesso em: 10 mar. 2012.

WIKIPEDIA. **Caiçara**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cai%C3%A7ara>. Acesso em: 02 fev. 2012.

WIKIPEDIA. **Povos ribeirinhos**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ribeirinhos. Acesso em: 02 fev. 2012.

Fontes de dados consultadas(via internet)

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Anuário da pesca 2008-2009**.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. **Relação de processos abertos** (atualizado em 15/12/2011).

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. **Títulos expedidos às Comunidades Quilombolas** (de 1996 a setembro de 2011).

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DE ESTATÍSTICAS DO TRABALHO. CONSULTAS. ANUÁRIO RAIS. **Empregos em 31/12/2010, por área geográfica e subgrupo principal**.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT Nacional. **Acampamentos 2010**.

ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2010-2011. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. [várias informações]

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Resultados do Universo e Preliminares da Amostra.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **EducaEscola**. Consulta em: 10 de janeiro de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Data Escola Brasil**. Consulta em: 10 de janeiro de 2011.

APENDICE

Quadro 1. Fontes de dados utilizadas

Fonte de dados	Tipo	Variáveis obtidas	Menor nível de agregação	É possível obter-se dados para os municípios?
IBGE. Censo Demográfico 2010 - Resultados do Universo e Preliminares da amostra	Pesquisa domiciliar primária	- População (total, de 0 a 3 anos, de 4 e 5, de 6 anos, de 5 ou + anos de idade) - População rural (total, de 0 a 3 anos, de 4 e 5 anos, de 6 anos, de 5 ou + anos de idade) - População de 10 ou mais anos de idade (total, PEA, pessoas ocupadas) - Área total das unidades territoriais (em km ²) - Domicílios particulares permanentes	- Domicílios e pessoas por setor censitário nos microdados	Sim
IBGE. Censo Agropecuário 2006	Pesquisa primária	- Estabelecimentos agropecuários em geral e na agricultura familiar, quantidade e área - Condição do produtor em relação à terra	- Domicílios e estabelecimentos por setor censitário nos microdados	Sim
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relatório de Informações sociais (RAIS) - 2010	Cadastro geral de emprego e desemprego	Empregos formais nos seguintes grupamentos ocupacionais: - Extrativismo florestal - Extrativismo mineral - Pesca - Aquicultura	- Empregados nos microdados	Sim, se for consultado no <i>site</i> ou microdados (por solicitação ao MTE)
Ministério da Pesca e Aquicultura - Anuário da pesca 2008-2009	Cadastramento pelo MPA da produção e quantidade de pescadores e aquicultores. Informações compiladas no Anuário	- Pescadores profissionais da pesca extrativa	- Pescadores nos microdados	Sim, nos microdados do MPA (por solicitação)
Estatísticas do Meio Rural 2010-2011 - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)	Compilação de dados de outras fontes	- Educação nos assentamentos agrícolas: frequência à escola e localização dos estabelecimentos escolares (PNERA) - Distribuição dos ocupados residentes na área rural por grupamentos profissionais (PNAD 2009)	Dados apresentados para: - Brasil - Grandes Regiões - Estados (eventualmente)	Não
Ministério do Desenvolvimento Agrário - INCRA	- Cadastro dos projetos e títulos de assentamento - Cadastro dos processos de regularização e títulos expedidos às comunidades quilombolas	- Assentados da Reforma Agrária - Processos abertos de regularização de comunidades quilombolas (INCRA) - Títulos expedidos às comunidades quilombolas	- Projeto de assentamento/ - Pessoas que receberam títulos em cada projeto - Comunidades quilombolas com processo abertos ou já tituladas	Sim, a partir da compilação dos dados
Comissão Pastoral da Terra - CPT Nacional - Acampamentos 2010	Cadastro anual dos conflitos no campo	- Acampados da Reforma Agrária	- Acampamento	Sim, a partir da compilação dos dados
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009	Pesquisa primária	- Pessoas ocupadas por tipo de atividade (agrícola e não agrícola) - Pessoas ocupadas em atividades agrícolas conforme a posição na ocupação (ex.: empregados) - Empregados agrícolas com ou sem carteira assinada - Pessoas ocupadas associadas a sindicato, conforme o tipo de sindicato	- Amostra de domicílios para Região Metropolitana, Estado	Não, o menor nível de agregação é Região Metropolitana
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira INEP - EducaEscola e Data Escola Brasil	Cadastro das Escolas	- Escolas localizadas em áreas de assentamento e remanescentes de quilombos	- Escolas	Sim, nos dados por escola (onde consta o município de localização)

Fonte: Elaboração própria.

Equipe: Coordenação Nacional

Secretária Executiva:

Carolina Gobbato (UFRGS).

Apoio Técnico Administrativo:

Beatris de Moraes Pinto (UFRGS)

Michelle Teixeira (UFRGS)

Thomas Lester Geri (UFRGS).

Apoio Técnico Estatística:

Gustavo Thomas (UFRGS).

Pesquisador:

Susana Beatris Fernandes (UNISC).

Equipe: Produção Acadêmica

Pesquisadores:

Ana Paula Soares da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Tatiana Noronha de Souza (UNESP-Jaboticabal)

Ana Cecília Oliveira Silva (USP-Ribeirão Preto)

Fernanda Lacerda Silva (USP-Ribeirão Preto)

Juliana Bezzon da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Luciana Pereira de Lima (USP-Ribeirão Preto)

Regiane Sbroion de Carvalho (USP-Ribeirão Preto)

Thaíse Vieira de Araújo (USP-Ribeirão Preto)

Apoio Técnico:

Daniel Coelho, Marta Aparecida da Silva.

Equipe: Núcleos Regionais

Região Norte

Pesquisadores:

Djanne Fernandes Melo (UFPA)

Elaine Ramos da Silva (voluntária/UNCME- AM)

Eliseanne Lima da Silva (voluntária/IFAM)

Flávia de Cássia Pantoja Batista (UFPA)

Franciana Carneiro de Castro (voluntária/UFAC)

Juliana Nascimento da Paixão (UFPA)

Lanna Edwirges da Silva Costa (UFPA)
Liliane Soares Silva (UFPA)
Rosana Cristina dos Reis Daher (UFPA)
Sara Teles Brito (UFPA)
Salomão Antônio Muffarej Hage (UFPA)
Sônia Eli Cabral Rodrigues (UFPA)
WianneyDinely Silva do Nascimento (UFPA).

Apoio Técnico:

Hádila Maria de Aguiar Pena (UFPA).

Região Nordeste

Pesquisadores:

Carla Manuella de Oliveira Santos (UFAL)
Edna Maria Alves Fernandes (UFRN)
Fabiana Oliveira Canavieira (UFMA)
Josafá Paulino de Lima (UFCG)
Kátia Patrício Benevides Campos (UFCG)
Luisa de Marillac Ramos Soares (UFCG)
Maria Cristina Martins (UFS)
Marlene Oliveira dos Santos (UFBA)
Marli Clementino Gonçalves (UFPI)
Patrícia Gomes de Siqueira (UFPE)
Sílvia Helena Vieira Cruz (UFC).

Apoio Técnico:

Andreza Lima de Azevedo (UFCG).

Região Centro-oeste

Pesquisadores:

Anamaria Santana (UFMS/Corumbá)
Ivone Garcia Barbosa (UFG)
Adriana Pacheco da Silva Santos (UNEMAT/Sinop)
Camila Cerqueira Dos Santos Silva (UFG)
Danielly Carolinne Freire de Oliveira (UFMS/Corumbá)
Elizete Poleti De Oliveira Dias (UNEMAT/Sinop)

Francy Laura De Moraes (UFMS/Corumbá)

Glades Ribeiro Mueller (UFMT)

Janaina Batista Lino Perez (UNEMAT/Sinop)

Rosiris Pereira De Souza (UFG).

Fizeram parte da equipe os seguintes Assistentes de Pesquisa Voluntários:

Lucilene Santana Gonçalves (UFG)

Marcos Antônio Soares (UFG)

Maria de Fatima Ribeiro (UFMS/Corumbá).

Apoio Técnico:

Ilza Nunes da Cunha Polini (UFMT).

Região Sudeste

Pesquisadores:

Cristiana Callai (voluntária/UFF)

Divina Leila Soares Silva (UFES)

Edmilson dos Santos Ferreira (UFRJ)

Edna Rodrigues da Silva Oliveira (UFF)

Elisângela Carvalho (MST)

Lígia Aquino (voluntária/UERJ)

Kalline Pereira Aroeira (UFES)

Rafael Reis Bittencourt (UFMG)

Rita de Cássia Vieira (UFMG)

Tânia de Vasconcellos (UFF)

Valdete Côco (UFES), Welington Dias (UFMG).

Apoio Técnico:

Érica Dumont Pena (UFMG).

Região Sul

Pesquisadores:

Carolina Machado Castelli (FURG/UFPEL)

Catarina de Souza Moro (MIEIB/UFPR)

Daniele Marques Vieira (MIEIB/UFPR)

Isabela Camini (MST)

Maria Teresa Telles Ribeiro Senna (UFSC)

Valentina Weschenfelder (MIEIB/UNIJUI)

Patrícia RutzBierhals (UFRGS)

SonildaFlorinália da Silva Pereira (CONTAG-RS)

Soraya Franzoni Conde (UFSC)

VerenaWiggers (MIEB/UFSC).

Apoio Técnico:

Crisliane Boito (UFRGS)

Diulia Marina Francesquett (UFRGS).